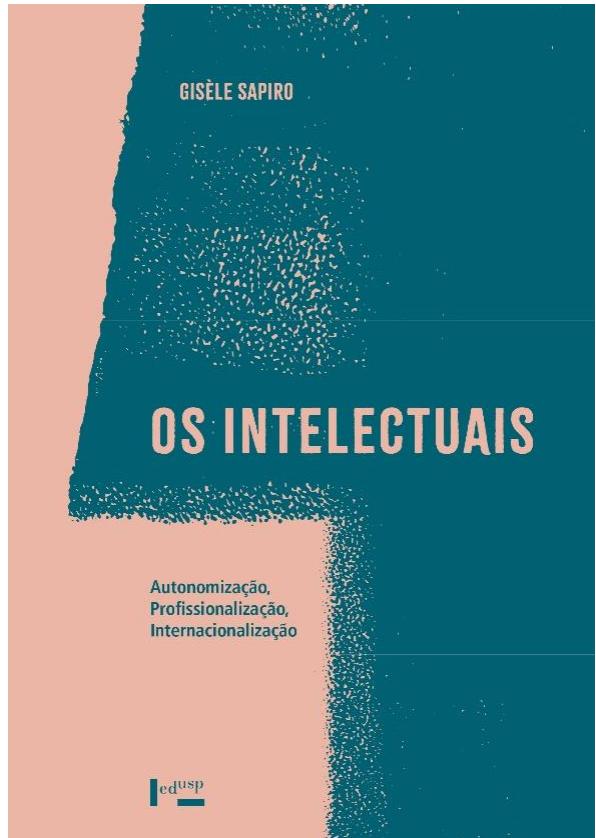


SAPIRO, Gisèle. Os intelectuais: autonomização, profissionalização, internacionalização. Tradução: Névio de Campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2025. 341 p.

Bianca Neves*

 <https://orcid.org/0000-0003-2750-0657>



O livro *Os intelectuais: autonomização, profissionalização, internacionalização*, de autoria de Gisèle Sapiro, traduzido por Névio de Campos, propõe uma reflexão sociológica que integra a perspectiva histórica, com o objetivo de analisar o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea.

A autora sinaliza que, desde a consolidação da figura do intelectual no espaço público –especialmente a partir do Caso Dreyfus, ocorrido na França no século XIX–, o conceito se disseminou e oscilou entre um sentido político e um sentido profissional.

Por um lado, a definição do termo, a partir do sentido político, caracteriza os intelectuais como aqueles que intervêm na esfera pública em nome de seu capital simbólico, ao qual a história dos intelectuais dedica atenção. Por outro lado, a definição profissional distingue os intelectuais do trabalho manual e comercial, sendo essa segunda definição o objeto de estudo da sociologia dos intelectuais.

Dividido em duas partes, o livro apresenta um total de nove capítulos. Na primeira parte, intitulada “Os intelectuais: entre a profissão e a política”, são desenvolvidos os cinco primeiros capítulos, que, em geral, discutem o conceito de intelectual e como essa categoria passa a se

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora colaboradora do Departamento de Educação da UEPG. E-mail: <biancanevesp@hotmail.com>.

estruturar no espaço social, tendo em vista as diversas possibilidades de atuação entre a profissão e a política.

No primeiro capítulo – “As profissões intelectuais: entre o Estado”, o empresariado e a indústria –, Sapiro (2025) apresenta alguns traços do percurso das profissões intelectuais e o problema da organização profissional, que envolvem diferentes aspectos ligados ao Estado, ao empresariado e à indústria. Entre os aspectos que a autora destaca estão a formação e as exigências de especialização, surgidas a partir do desenvolvimento do campo educacional. Isso porque o exercício das profissões intelectuais variava conforme o *status* do profissional (independente, servidor público ou assalariado), e as transformações históricas impactavam as condições de trabalho, impulsionadas por reivindicações, por autonomia e reconhecimento.

Sapiro (2025) evidencia as desigualdades na concorrência entre grupos profissionais, especialmente na França, influenciadas por heranças do Antigo Regime, pela centralização estatal e pelas restrições à liberdade sindical. A formação e o acesso a determinadas profissões passaram a ser controlados por instituições estatais, como no caso dos engenheiros e jornalistas na década de 1930. Nesse contexto, associações especializadas e sindicatos assumiram papéis distintos na defesa dos interesses profissionais. O capítulo encerra-se com a discussão sobre a busca de uma terceira via entre o estatismo e o liberalismo, com o objetivo de compreender a reorganização do trabalho intelectual e da expertise.

No capítulo 2 – “Antissemitismo e antifeminismo no campo intelectual” –, Sapiro propõe algumas hipóteses para refletir, a partir do caso francês, sobre como as retóricas de estigmatização conduziram as lógicas de exclusão dos grupos analisados no campo intelectual nos séculos XIX e XX. Nesse capítulo, a autora discute as formas de concorrência nos meios intelectuais e mostra como os mecanismos de exclusão limitaram o acesso ao campo, especialmente para judeus e mulheres. Mesmo com o ingresso nesse espaço, não havia garantia de permanência na posição, em razão das retóricas de estigmatização que contribuíam para a desqualificação dos concorrentes.

A retórica de estigmatização apresentava diferentes tipos, identificados e disseminados na estrutura do campo intelectual. Entre eles, destaca-se o uso da metáfora, empregada como um código cultural para designar o mal, bem como o fundamento do nacionalismo, que valorizava determinados grupos sociais e acusava outros, de modo a justificar medidas legais de exclusão. A autora também ressalta a retórica do complô, que contribuiu para a funcionalidade política do campo intelectual. Ao analisar os diferentes tipos de retórica de estigmatização, foi concluído que a retórica antissemita é transponível e se acopla à retórica antifeminista, ambas voltadas à construção de um imaginário social sob diferentes aspectos.

O capítulo 3 – “A organização política dos intelectuais: o exemplo do Partido Comunista Francês” – recupera a definição política de intelectuais a partir do Caso Dreyfus, que culminou em um engajamento necessário para que esses sujeitos pudessem assumir responsabilidades e papéis sociais em prol de determinadas causas. Sapiro (2025) delimita sua análise a partir do Partido Comunista Francês, estruturando-a em três etapas, com o objetivo de observar a organização política dos intelectuais.

Na primeira etapa, centrada na década de 1930, a autora destaca a defesa da causa antifascista, na qual os intelectuais ligados ao Partido Comunista Francês mobilizaram a acumulação e a transferência de capital simbólico por meio de diferentes estratégias de luta. Na segunda etapa, é abordada a organização política dos intelectuais em torno da resistência civil em um país sob ocupação alemã, a qual evoluiu em direção à profissionalização. Nesse contexto, a resistência comunista se articulava em torno da *Université Libre* e da *La Pensée Libre*, enquanto outros órgãos se organizaram por categorias profissionais, oferecendo diferentes formas de contribuição,

todas com propósito antifascista. A última etapa, no período pós-guerra, foi marcada pelo engajamento na defesa corporativa das profissões intelectuais, correspondendo a uma nova configuração organizacional.

O capítulo 4 – “Responsabilidade e liberdade: as bases do conceito de engajamento intelectual de Sartre” – discute a compreensão da relação entre os conceitos de responsabilidade e liberdade do intelectual escritor, a partir de Jean-Paul Sartre (2005). Sapiro (2025) explica que, para Sartre (2005), todas as pessoas são responsáveis, ao mesmo tempo, por si mesmas e por toda a humanidade. O autor se apoia nos exemplos da Segunda Guerra Mundial para demonstrar a transição da responsabilidade objetiva para a subjetiva.

Sapiro (2025) destaca que o conceito de responsabilidade está intimamente vinculado à filosofia da liberdade de Sartre (2005), uma vez que representa a base de uma moralidade prática, ou seja, do engajamento do intelectual. São apresentadas as tensões que perpassam as definições de responsabilidade objetiva e subjetiva no trabalho de Sartre (2005). A concepção dualista de responsabilidade se apoia na expressão secular da moralidade religiosa. É destacada a responsabilidade do escritor como sendo ilimitada, se comparada à de outros profissionais, pois entende-se que escrever é agir, nomear coisas, e essa ação pode ter graves consequências, inclusive a morte. O trabalho do intelectual que é escritor é associado à liberdade dos seres humanos como um dever político a ser cumprido.

O capítulo 5 – “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês” – aborda os diferentes modelos de intervenção política dos intelectuais, considerando a configuração do campo intelectual à medida que se torna relativamente autônomo. A autora destaca diversos fatores que evidenciam o surgimento dos intelectuais como categoria social, como a expansão da escolarização e a ascensão do paradigma científico, os quais estavam ligados à afirmação do poder simbólico no final do século XIX. O modo de intervenção intelectual assumiu diversas formas ao longo do tempo, sendo estas mais ou menos politizadas e situadas entre o profetismo e a expertise. Sapiro (2025) desdobra os fatores de diferenciação dos modos de intervenção política dos intelectuais, que estruturaram o campo intelectual, a saber: o capital simbólico, a autonomia frente à demanda política e o grau de especialização da atividade intelectual.

Para fins de sistematização do conhecimento, a autora apresenta um resumo da discussão por meio de um quadro que mostra as possíveis variações dos modelos de intervenção dos intelectuais, organizados quanto à posição – dominante e dominado – e à categoria – generalista e especializado –, desdobrando-se em subcategorias relacionadas ao grau de autonomia. São apresentados, ao todo, oito modelos de intervenção política no quadro, os quais são detalhados pela autora na sequência do capítulo, a partir de exemplos históricos e das características que os especificam.

A segunda parte do livro – “Campo intelectual: entre os contextos nacional e internacional” – compreende os capítulos 6 a 9, que, em geral, exploram o conceito de campo a partir de Pierre Bourdieu (2013) e problematizam o nacionalismo metodológico. Nesses capítulos, o campo intelectual é articulado com diferentes perspectivas e construções que o caracterizaram historicamente, ligadas ao nacionalismo, ao internacionalismo e ao transnacionalismo.

No capítulo 6 – “A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global” –, Sapiro (2025) menciona a crítica ao “nacionalismo metodológico” para mostrar como o conceito de campo é afetado pela mudança de perspectiva do nacional para o transnacional, visto que pesquisadores abordam objetos transnacionais e internacionais dentro de recortes circunscritos ao perímetro do Estado-nação. A

autora afirma que Bourdieu (2013) não limita o espaço em seu conceito de campo; pelo contrário, mostra que é abstrato, relacional e dinâmico, justificado por razões sócio-históricas.

Após abordar o processo de diferenciação dos espaços sociais, a autora discute o fenômeno da nacionalização e o papel do Estado na formação dos campos. Cita a construção de identidades nacionais nesse processo e a formação de um espaço internacional de competição entre os Estados-nação, definidos com base cultural e territorial. Em seguida, dedica-se a analisar os fatores e as estratégias de internacionalização e transnacionalização, bem como as tensões existentes entre as fronteiras estatais, de mercado e de campo, e finaliza com indicadores da emergência da construção de campos transnacionais.

O capítulo 7 – “Por uma história social do espaço intelectual na Europa” – mostra que as transformações ocorridas no século XVIII, na Europa, pareciam não ter equivalência com a construção de um espaço intelectual. Para entender os obstáculos, Sapiro (2025) retoma a formação dos Estados-nação e destaca o processo de nacionalização da cultura e a circulação transnacional dos textos, que foram se tornando possíveis graças às traduções para o inglês e o alemão, considerados como idiomas do conhecimento naquele período.

Sapiro (2025) cita pesquisas sobre a construção europeia da história intelectual transnacional, evidenciando abordagens que tomam o meio intelectual como um lugar social composto por agentes, e que adquiriu relativa autonomia em relação às esferas política, econômica e religiosa. A diferenciação dos campos de produção intelectual permitiu o avanço da circulação de pessoas, extrapolando o panorama nacional. As transferências intelectuais ocorrem no espaço transnacional de bens simbólicos, mesmo diante de tensões que afetam a vida intelectual, como o regionalismo, o nacionalismo, o internacionalismo e o transnacionalismo.

O capítulo 8 – “A internacionalização dos campos intelectuais nos entreguerras: fatores profissionais e políticos” – mostra que, a partir da segunda metade do século XIX, os congressos científicos e internacionais se multiplicaram, assim como a formação de sociedades intelectuais. Sapiro (2025) ressalta que a internacionalização da vida intelectual, no período entreguerras, foi estimulada, por um lado, pelas políticas internacionais e, por outro, pela organização profissional.

Nesse capítulo, a autora discute a organização profissional, considerando as relações intelectuais internacionais após a Primeira Guerra Mundial. Segundo ela, embora o foco fosse o intencionalismo, as organizações buscavam reagrupar as diferentes profissões intelectuais, fortalecendo representações de base nacional. Por fim, debate a politização do campo intelectual para mostrar as tensões provocadas pelo peso do nacionalismo na vida intelectual.

O capítulo 9 – “Exílio e intelectuais transnacionais” – caracteriza o conceito de transnacional como um espaço que opera para além das fronteiras nacionais, não sendo organizado por um órgão internacional ou regional. A partir desse conceito, surgem questões propostas para superar o nacionalismo metodológico. No entanto, é preciso salientar a desigualdade nas relações de poder e a assimetria nas trocas entre culturas e circulações.

Quanto aos intelectuais exilados, Sapiro (2025) destaca que a situação geralmente decorre da atividade intelectual e que, mesmo distantes, esses agentes continuam a investir no campo de origem, resultando na formação de campos intelectuais transnacionais. A autora discute a posição dos intelectuais exilados no campo de acolhida e mostra que a hierarquia de recursos específicos da cultura de origem pode ser alterada no contexto do exílio. Para finalizar, é apresentado o processo de formação das redes transnacionais a partir dos casos de intelectuais exilados.

Além dos nove capítulos, o livro traz o prefácio – “Intelectuais: uma questão pluridisciplinar”, escrito por Névio de Campos, e dois anexos. O primeiro apesenta um texto de Gisèle Sapiro, intitulado *A inquietante deriva dos intelectuais midiáticos*, originalmente publicado em 2016 no jornal *Le Monde*, o qual versa sobre os modelos de intervenção do intelectual midiático (Sapiro, 2016). O outro anexo traz a entrevista¹ que Névio de Campos realizou com sua supervisora, Gisèle Sapiro, no período de seu pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (2019-2020). A entrevista complementa as discussões dos capítulos do livro e privilegia três eixos centrais: os usos do conceito de autonomia, o conceito de campo transnacional e a relação entre sociologia dos intelectuais e história intelectual.

Referências

- BOURBIEU, P. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. Introduction de Patrick Champagne. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, [s. l.], v. 200, n. 5, p. 4-37, 2013. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2013-5-page-4?lang=fr>. Acesso em: 31 maio 2025.
- SAPIRO, G. L'inquiétante dérive des intellectuels médiatiques. **Le Monde**, Paris, 15 jan. 2016. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2016/01/16/la-revolte-des-clercs-contre-les-demunis_4848388_3232.html?search-type=classic&ise_click_rank=2. Acesso em 31 maio 2025.
- SAPIRO, G. **Os intelectuais**: autonomização, profissionalização, internacionalização. Tradução: Névio de Campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2025.
- SAPIRO, G.; CAMPOS, N. de. Um diálogo: entrevista com Gisèle Sapiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v17.20975.089>
- SARTRE, J.-P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia. Tradução: Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2005.

Recebido em 15/05/2025

Versão corrigida recebida em 31/05/2025

Aceito em 01/06/2025

Publicado online em 05/06/2025

¹ A primeira publicação desta entrevista saiu na revista *Práxis Educativa*, nas versões em francês e português, no ano de 2022 (ver Sapiro; Campos, 2022).